

O Presidente da República e a Energia Nuclear

José J. Delgado Domingos

De acordo com a LUSA, Notícia SIR-8910982 de 11-04-2007:

“Em Riga, na Letónia, O Presidente da República, Cavaco Silva, afirmou que não tardará muito para a energia nuclear começar a ser abertamente debatida em Portugal.

(...) É difícil evitar a sua discussão, surgirá mais dia, menos dia”, disse o Presidente à saída da conferência de imprensa do “Grupo de Arraiolos”.

“Se não for descoberta outra fonte de energia como o hidrogénio, o nuclear terá de ser debatido em Portugal de forma mais aberta”

Esta posição de Cavaco Silva é periodicamente repetida desde a sua campanha eleitoral e pressurosamente difundida pela LUSA (e não só...) seguida das declarações do financeiro Patrick Monteiro de Barros (autor da proposta de uma refinaria em Sines cuja concretização dependia de se atropelar legislação relevante e da concessão de mais de mil milhões de subsídios injustificados) ou de seus colaboradores, na defesa de miraculosas centrais nucleares em Portugal, como solução para os graves problemas energéticos do país.

Se não se tratasse do Presidente da República, as declarações referidas seriam motivo de galhofa quanto ao hidrogénio (o hidrogénio não é uma fonte de energia, como afirma, mas sim uma forma de armazenar e transportar energia obtida de fontes primárias.). Por se tratar do PR, que significado a atribuir à afirmação de que “o nuclear terá de ser debatido em Portugal de forma mais aberta” ?

Citando apenas de memória e relativamente ao último ano, a energia nuclear foi objecto de uma conferência organizada pela Ordem dos Engenheiros e patrocinada pelas Associações Empresariais (CIP, AEP, AIP) intitulada “ENERGIA NUCLEAR-o debate necessário” (o programa e os textos podem ainda encontrar-se em <http://www.ordemengenheiros.pt/Default.aspx?tabid=1874>), a que se seguiu, nessa mesma noite, um debate sobre o tema na “SIC-Notícias:Expresso da Meia Noite”. Ainda durante 2006, O CDS/PP organizou um conjunto de debates sobre o tema a que a comunicação social deu relevo (O Eng. P.Sampaio Nunes, vice presidente do CDS/PP, colaborador muito próximo e sócio do Sr. Monteiro de Barros na ENUPOR-Energia Nuclear Portugal fez uma tournée pela país promovendo o nuclear e oferecendo milhões às autarquias que o aceitassem). O PS, através do seu IED (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento) iniciou um significativo e alargado debate sobre o problema energético português, o último dos quais em Fevereiro de 2007, exclusivamente dedicado à energia nuclear. A ele se segue, em 8 de Maio próximo (com o patrocínio da REN, da Galp Energia e da Fundação Gulbenkian) uma conferência sobre “Segurança Energética: uma questão central da política energética”.

Em Novembro de 2006, dois conhecidos e prestigiados jornalistas, Nascimento Rodrigues e Virgílio Azevedo, publicaram o livro “**NUCLEAR, o debate sobre o novo modelo energético em Portugal, CENTROATLANTICO.PT**”, com a colaboração dos mais conhecidos protagonistas na discussão do tema em Portugal. Além disso, o ex-ministro de Cavaco Silva, Eng. Mira Amaral, publicou “**Energia e Mercado Ibérico**”, típico de uma certa visão da energia, do nuclear e de algumas populares miragens

tecnológicas. Um comentário a este livro e intervenções minhas sobre o tema, ao longo de mais de 30 anos, podem ser consultadas em <http://jddomingos.ist.utl.pt> .

Para além destas, muitas mais realizações houve onde o tema foi largamente debatido por especialistas nacionais e estrangeiros, certamente estimulado pela Cimeira da Primavera (8-9 Março de 2007) , na qual os chefes de Estado e de Governo da União Europeia se iriam pronunciar sobre as opções energéticas da UE na sequência das iniciativas da Comissão Europeia sobre a energia. A posição do governo português sobre o assunto foi claramente enunciada pelo primeiro ministro horas antes do início da Cimeira ao afirmar:

«Os países que quiserem tomar a opção pelo nuclear, façam o favor. Em Portugal, não, o nosso caminho está definido».

Tendo em conta todas estas realizações, a atitude do PR é preocupante porque se insere na esteira da repetida mas infundada afirmação de que é (ou tem sido) tabu discutir a energia nuclear em Portugal, fazendo esquecer o véu de silêncio sobre contratos como os da Lusoponte, ou dos PIN, para já não referir o aeroporto da Ota ou a Constituição Europeia, assuntos bem mais actuais e importantes para Portugal do que a opção por construir ou não centrais nucleares. Afirmar e reafirmar, contra toda a evidência factual que *«o nuclear terá de ser debatido em Portugal de forma mais aberta»* é aderir, consciente ou inconscientemente, à estratégia, nem sequer original, que visa desacreditar os que se opõem, procurando associá-los a ignorantes anti-progresso. Vindo de quem considera o hidrogénio uma fonte de energia é simplesmente lamentável, como lamentável foi a promoção e protecção que deu a universidades do tipo da Independente sem qualquer espécie de consulta ou debate público.

Para quem acompanha o debate sobre a energia nuclear há tantos anos, é evidente que os promotores do nuclear só têm de queixar-se de si próprios pelo generalizado descrédito em que caíram, quando a prometida energia abundante, barata limpa e segura foi confrontada com a dura realidade dos factos (mesmo em termos estritamente económicos). Para ilustração caseira dos métodos utilizados, basta documentar um exemplo. No livro acima citado, de Nascimento Rodrigues e Virgílio Azevedo, página 156, o Sr. Patrick Monteiro de Barros afirma:

“ é importante verificar que há uma maioria favorável ao nuclear e o facto de uma sondagem online, feita pelo Diário de Notícias(18/06/2006), com mais de 16000 inquiridos indicar que 70% estão a favor ...” (...)”Esta sondagem só vem confirmar duas anteriores feitas pelo Expresso com resultados a favor de cerca de 62% (Julho de 2005) e de 52% (Março de 2006).Esta percentagem de pessoas é das mais altas da UE ...”.

A notícia do Expresso de 2006, objecto de título a toda a largura da 1ª página foi objecto de reclamação do Presidente do MPT para a então autoridade superior da comunicação social que censurou oficialmente o semanário por ter dado uma notícia sem fundamentação. Por outro lado, quem consultar o “Special Eurobarometer , Atitudes towards Energy” (Eurobarómetro Especial -247), da Comissão Europeia, publicado em Janeiro de 2006 pode constatar que em Portugal apenas 5% são favoráveis à Energia Nuclear contra a média de 12% na Europa dos 25. Mesmo em França, o campeão europeu da energia nuclear, apenas 8% se manifestaram a favor do seu desenvolvimento. Um novo Eurobarómetro, publicado em 2007, em que especificamente se pergunta se a energia nuclear deve aumentar ou ser reduzida na UE, mostra que 61% consideram que deveria ser reduzida; 29% que deveria aumentar e 10% não sabem. Quanto a Portugal - 57% entendem que deve ser reduzida, 23% aumentada e 20% não

sabem. Em França, temos 59%, 28%, 13%, respectivamente .A informação pode ser consultada em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/flash_arch_en.htm#206a

A importância da questão energética para a Europa, e a posição assumida pela Comissão Europeia deram origem a um aceso debate na EU sobre o recurso à energia nuclear como opção estratégica. Todavia, goste-se ou não, muitas das questões nem sequer se põem em Portugal devido à sua situação geográfica e dimensão de mercado. Efectivamente, a potência mínima para que um reactor nuclear seja economicamente viável, os custos de abastecimento para as paragens programadas e os custos de segurança afastam liminarmente, por simples questões de dimensão, a viabilidade económica de centrais nucleares em Portugal. Pensar em termos ibéricos não faz sentido quando o governo espanhol confirma a apresentação do seu plano para o encerramento de TODAS as centrais nucleares espanholas num prazo de 30 anos. Por estas e muitas das outras razões discutidas nos debates já havidos em Portugal o Governo tomou a decisão correcta e há problemas bem mais actuais e urgentes onde investir recursos. Tal não significa que não acompanhem de perto a discussão a nível europeu. É por isso da maior oportunidade referir o comunicado conjunto dos Ministros do Ambiente da Irlanda, Áustria, Islândia e Noruega, de 27 de Março de 2007 em que afirmam:

“ Expressimos as mais sérias preocupações sobre a defesa que vem sendo feita da energia nuclear como uma solução para as alterações climáticas. (...) O debate actualmente em curso procura desvalorizar as questões do ambiente, dos resíduos, da proliferação e da segurança, procurando apresentar a energia nuclear como uma energia limpa, segura e sem problemas (...).

A natureza transfronteiriça dos riscos associados à energia nuclear (...) e o regime específico de responsabilidade internacional actualmente em vigor para a indústria nuclear não contempla uma compensação abrangente para os danos e prejuízos potenciais e constitui um subsídio escondido a essa indústria.

A realidade é que após 50 anos de energia nuclear a questão dos resíduos permanece na maior parte intratável, (...) continuando a aumentar o legado da indústria nuclear para as gerações vindouras com muito pouca evidência de qualquer real implementação de soluções para o problema dos resíduos. O reprocessamento dos resíduos nucleares, advogado como solução para a gestão dos resíduos nucleares já há muito perdeu o seu brilho e hoje a indústria nuclear permanece económica e ambientalmente insustentável.

Continuaremos a insistir com os países com instalações nucleares para que encarem com decisão as questões não resolvidas que decorrem da sua operação, nomeadamente questões de segurança, riscos de poluição, descargas radioactivas, responsabilidade nuclear, resíduos e riscos de proliferação.”

http://www.regjeringen.no/Upload/MD/Vedlegg/Internasjonalt/Sellafield/Ministerial_Statement_Dublin2007.pdf.

A Áustria tem uma central nuclear que nunca entrou em funcionamento. A Irlanda não tem nem nunca teve centrais nucleares e é neste momento apontada como o exemplo de progresso e prosperidade económica que a adesão à UE proporcionou. Com as ajudas comunitárias investiu na formação e qualificação profissional, na investigação tecnológica e nas Universidades em detrimento de auto-estradas, especulação imobiliária e miragens tecnológicas.

(Abril, 2007. Publicado no número inicial da Associação 25 de Abril)